

GLOSSÁRIO
PARA A CELEBRAÇÃO
DO JUBILEU 2025



Porto

Com todos e para o bem de todos
PEREGRINOS DE ESPERANÇA

EQUIPA DE APOIO À COORDENAÇÃO
DIOCESANA DA PASTORAL



Índice

I. O JUBILEU NA BÍBLIA	5
II. OS JUBILEUS NA HISTÓRIA DA IGREJA	6
III. O LEMA DO JUBILEU DE 2025	7
IV. O LOGOTIPO DO JUBILEU	8
V. SINAIS DO JUBILEU	9
1. A Peregrinação	9
2. A Porta Santa	11
3. A Reconciliação	13
4. A Oração	14
5. A Liturgia.....	15
6. A Profissão de fé	15
7. A indulgência.....	16
7.1. A culpa não morre solteira	17
7.2. Não há desculpas	18
7.3. A reparação impossível.....	18
7.4. Sem méritos da nossa parte	19
7.5. Disposições para acolher o dom da indulgência.....	21
FONTES	23



I. O JUBILEU NA BÍBLIA

"Jubileu" é o nome de um ano particular: parece derivar do instrumento que se usava para indicar o seu início; trata-se do yobel, o chifre do carneiro, cujo som anuncia o Dia da Expição (Yom Kippur). Esta festa recorre a cada ano, mas assume um significado especial quando coincide com o início do ano jubilar.

Encontramos uma primeira ideia disto na Bíblia: o ano jubilar tinha de ser convocado a cada 50 anos, isto é, depois de sete semanas de anos, ou seja, depois de sete vezes sete anos. Portanto, a Festa do Ano Jubilar deveria celebrar-se no ano seguinte a sete anos sabáticos, o que realçava a solenidade e a importância simbólica do mesmo, já que era o ano "extra", um ano a mais, que se vivia por cada sete semanas de anos (cf. Lv 25,8-17.23-55). O ano jubilar era, portanto, o último ano sabático de uma série de $7 \times 7 + 1$. Tinha início na Festa da Expição, no 10.º dia do 7.º mês do 49.º ano (cf. Lv 23,9; 27-32).

A lei do Jubileu aparece para propor um ideal de justiça e de igualdade social. Ainda que fosse difícil de realizar, foi proposto como ocasião para restabelecer uma correta relação com Deus, entre as pessoas e com a criação, e implicava a remissão de dívidas, a restituição de terrenos arrendados e o repouso da terra. Neste período, a lei de Moisés prescrevia que a terra, da qual Deus era o único dono, regressasse ao antigo proprietário e os escravos readquirissem a liberdade.

Apesar de permanecer como um ideal, trata-se de uma novidade bíblica, sem paralelo em todo o Médio Oriente Antigo. E se assim não se realizou no tempo histórico do Antigo Testamento, veio Jesus a realizá-lo, fazendo desse ideal o seu programa profético.

Citando o profeta Isaías, o evangelho segundo Lucas descreve desta forma também a missão de Jesus: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para anunciar a boa nova aos pobres. Enviou-me a proclamar a redenção aos cativos e a vista aos cegos, a restituir a liberdade aos oprimidos, a proclamar o ano da graça do Senhor" (Lc 4,18-19; cf. Is 61,1-2).

Estas palavras de Jesus tornaram-se também ações de libertação e de conversão no quotidiano dos seus encontros e das suas relações.

II. OS JUBILEUS NA HISTÓRIA DA IGREJA

O Jubileu foi sempre um evento do Povo. O primeiro Ano Santo de 1300 nasceu, de facto, a pedido do povo de Deus. Num momento de mudança de século, os fiéis de Roma pediram ao Papa Bonifácio VIII «uma indulgência de todos os pecados, não só plena e abundante, mas pleníssima».

Na era cristã, após o primeiro Jubileu em 1300, o intervalo de tempo para a recorrência da celebração do Jubileu foi estabelecido por Bonifácio VIII para cada 100 anos. A sua frequência mudou ao longo do tempo: no início era a cada 100 anos. Após uma petição dos romanos feita ao Papa Clemente VI (1342), o período foi reduzido para 50 anos e para 25 em 1470 com Paulo II. Em 1389, em memória do número de anos de vida de Cristo, Urbano VI quis estabelecer o ciclo Jubileu para cada 33 anos e induziu um Jubileu para 1390 que, no entanto, foi celebrado, após sua morte, por Bonifácio IX. No entanto, em 1400, no final dos cinquenta anos anteriormente fixados, Bonifácio IX confirmou o perdão aos peregrinos que tinham peregrinado até Roma. Martinho V celebrou em 1425 um novo Jubileu, abrindo, pela primeira vez, a Porta Santa em São João de Latrão. O último a celebrar um Jubileu de cinquenta anos foi o Papa Nicolau V em 1450.

De facto, Paulo II determinou o período interjubilar para 25 anos e em 1475 um novo Ano Santo foi celebrado por Sisto IV. Desde então, os Jubileus ordinários celebraram-se com periodicidade constante. Infelizmente, as Guerras Napoleónicas impediram as celebrações dos Jubileus de 1800 e de 1850.

Retomaram com o Jubileu de 1875, após a anexação de Roma ao Reino da Itália, que foi celebrada sem a solenidade tradicional.

Recordemos as datas dos últimos Jubileus:

1933: 1900.º aniversário da morte de Jesus

1950: Ano Santo

1975: Jubileu centrado na temática da Reconciliação

1983: Ano Santo da Redenção

2000: Jubileu de entrada no terceiro milénio

2016: Jubileu da Misericórdia

Reparámos que há Jubileus “extraordinários”: por exemplo, em 1933, o Papa Pio XI quis recordar o aniversário da Redenção e em 2015 o Papa Francisco proclamou o Ano da Misericórdia (para 2016). O Jubileu de 2025 orientará o caminho rumo a outra data fundamental para todos os cristãos: de facto, em 2033, celebrar-se-ão os dois mil anos da Redenção, realizada por meio da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor Jesus.

Abre-se, assim, diante de nós um percurso marcado por grandes etapas, nas quais a graça de Deus precede e acompanha o povo que caminha zeloso na fé, diligente na caridade e perseverante na esperança (cf. 1 Ts 1, 3)” (Papa Francisco, *Spes non confundit*, n.º 5).

A forma de celebrar estes anos também foi diferente: na sua origem, fazia-se a visita às Basílicas romanas de São Pedro e São Paulo, portanto uma peregrinação, mais tarde foram-se acrescentando outros sinais, como o da abertura da Porta Santa. Ao participar no Ano Santo, vive-se a experiência da indulgência plenária.

III. O LEMA DO JUBILEU DE 2025

O Papa Francisco escreveu: «Devemos manter acesa a chama da esperança que nos foi dada e fazer o possível para que cada um recupere a força e a certeza de olhar para o futuro com espírito aberto, coração confiante e mente clarividente. O próximo Jubileu poderá favorecer imenso a recomposição de um clima de esperança e confiança, como sinal de um renovado renascimento do qual todos sentimos a urgência. Por isso, escolhi o lema “Peregrinos de esperança”» (Papa Francisco, Carta ao Arcebispo Fisichela sobre o Jubileu de 2025).

O lema evoca o movimento da Igreja que caminha em peregrinação à luz da esperança que torna o futuro possível.

A Bula de proclamação do Jubileu (*Spes non confundit*) aponta para “a esperança que não engana” (Rm 5,5): ela é a luz que ilumina o futuro, mas não num sentido ingenuamente otimista. Nós sabemos: a nossa esperança é Cristo morto e ressuscitado. É a chama viva de Jesus que move os passos do caminho. Portanto, o Jubileu é um acontecimento de todo o Povo Santo de Deus, em caminho, peregrino, iluminado pela única esperança que é Cristo.



IV. O LOGOTIPO DO JUBILEU

O logótipo representa quatro figuras estilizadas para indicar a humanidade dos quatro cantos da Terra. As figuras estão abraçadas cada uma à outra, para indicar a solidariedade e a fraternidade que unem os povos. O que está à frente está agarrado à cruz. É o sinal não só da fé que abraça, mas da esperança que nunca pode ser abandonada, porque precisamos dela sempre e sobretudo nos momentos de maior necessidade. As ondas que estão em baixo e que se movem, para indicar que a peregrinação da vida nem sempre se move em águas tranquilas. Muitas vezes eventos pessoais e eventos mundiais impõem com maior intensidade o chamamento à esperança. É por isso que devemos prestar atenção à parte inferior da cruz, que se prolonga, transformando-se numa âncora, que se impõe ao tumulto das ondas. Como se sabe, a âncora tem sido muitas vezes usada como metáfora da esperança. A âncora da esperança, na verdade, é o nome que na gíria marítima é dado à âncora de reserva, utilizada pelas embarcações em manobras de emergência para estabilizar o barco durante as tempestades. Não ignoremos o facto que a imagem mostra como o caminho do peregrino não é um acontecimento individual mas comunitário, com a marca de um dinamismo crescente que tende cada vez mais para a Cruz. A Cruz não é de modo algum estática, mas também ela dinâmica, curva-se para a humanidade como que para ir ao seu encontro e não a deixar sozinha, mas oferecendo a certeza da presença e a segurança da esperança. Finalmente, vê-se claramente o lema do Jubileu de 2025 com a cor verde: Peregrinantes em Spem.

V. SINAIS DO JUBILEU

1. A Peregrinação

A peregrinação reproduz a condição do homem, que gosta de descrever a sua própria existência como um caminho. Do nascimento até à morte, cada pessoa vive na condição peculiar de homo viator, isto é, de peregrino, de viajante, de pessoa sempre a caminho.

A etimologia da palavra “peregrinação” é decididamente eloquente. A palavra, na verdade, deriva do latim “per ager” que significa “através dos campos”, ou “per eger”, que significa “travessia de fronteira”: ambas as raízes lembram a experiência de embarcar numa aventura.

Por sua vez, a Sagrada Escritura testemunha repetidas vezes o valor do facto de pôr-se a caminho para ir aos lugares sagrados; basta pensar na figura de Abraão, arameu errante (Dt 26,5): “afastando-se da sua terra, de seus parentes e da casa de seu pai” (Gn 12,1), partiu como peregrino, em direcção à Terra Prometida.

Na tradição de qualquer israelita ir em peregrinação à cidade onde se conservava a arca da aliança, ou então visitar o santuário de Betel (cf. Jz 20, 18), ou o de Silo, onde Ana, mãe de Samuel, viu a sua oração atendida (cf. 1 Sam 1, 3). Submetendo-Se voluntariamente à Lei, também Jesus, com Maria e José, foi como peregrino à cidade santa de Jerusalém (cf. Lc 2, 41). O ministério de Jesus também é marcado pelo caminho de Jesus, em viagem da Galileia para Jerusalém (Lc 9,51). Ele próprio chama os discípulos para seguir esse caminho.

A história da Igreja é o diário vivo duma peregrinação sem cessar. A caminho da cidade dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, da Terra Santa, ou de santuários – antigos e novos – dedicados à Virgem Maria e aos Santos: eis a meta de muitos fiéis que assim alimentam a sua devoção.

A peregrinação sempre constituiu um momento significativo na vida dos fiéis, revestindo expressões culturais diferentes nas várias épocas.

Ela lembra o caminho pessoal do crente seguindo as pegadas do Redentor: é exercício de ascese ativa, de arrependimento pelas faltas humanas, de vigilância constante sobre a própria fragilidade, de preparação interior para a conversão do coração. Através da vigilância, do jejum, da oração, o peregrino avança pela

estrada da perfeição cristã, esforçando-se por chegar, com a ajuda da graça de Deus, «ao estado de homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo» (Ef 4, 13).

Recorda-nos o Papa Francisco: “Não é por acaso que a peregrinação representa um elemento fundamental de todo o evento jubilar. Pôr-se a caminho é típico de quem anda à procura do sentido da vida. A peregrinação a pé favorece muito a redescoberta do valor do silêncio, do esforço, da essencialidade. Também no próximo ano, os peregrinos de esperança não deixarão de percorrer caminhos antigos e modernos para viver intensamente a experiência jubilar. Além disso, na própria cidade de Roma, haverá itinerários de fé que se juntarão aos tradicionais das catacumbas e das Sete Igrejas. Deslocar-se dum país ao outro como se as fronteiras estivessem superadas, passar duma cidade a outra contemplando a criação e as obras de arte, permitirá acumular experiências e culturas diferentes e levar dentro de si, harmonizada pela oração, a beleza que faz agradecer a Deus as maravilhas que Ele realizou” (Spes non confundit, n.º 5).

O Jubileu pede-nos para partirmos em jornada e superarmos certos limites. Quando nos movemos, na verdade, não só mudamos de lugar, mas transformamo-nos. Para isso, é importante preparar, planear a rota e conhecer o destino. A contemplação da criação também faz parte e é uma ajuda para aprender que cuidar dela “é uma expressão essencial de fé em Deus e obediência à sua vontade” (Papa Francisco, Carta para o Jubileu 2025). A peregrinação é, pois, uma experiência de conversão, de mudar a vida para a direcionar para a meta da santidade de Deus. Com ela, a experiência dessa parte da humanidade que, por várias razões, é forçada a viajar para buscar um mundo melhor para si mesma e para sua família também é feita por conta própria. “A vida cristã é um caminho, que precisa também de momentos fortes para nutrir e robustecer a esperança, insubstituível companheira que permite vislumbrar a meta: o encontro com o Senhor Jesus” (Spes non confundit, n.º 5) recorda-nos o Papa Francisco.

Aqueles que, por doença ou outra circunstância, não podem fazer-se peregrinos, são, todavia, convidados a tomar parte no movimento espiritual que acompanha este Ano Jubilar.

Diocese do Porto **Igrejas de Peregrinação Jubilar**

Na Diocese do Porto, além **da Igreja Catedral, Igreja-Mãe**, são declaradas pelo Bispo Diocesano estas “Igrejas de Peregrinação Jubilar”:

Amarante: Igreja de São Gonçalo
Arouca: Mosteiro de Santa Maria de Arouca
Baião: Igreja de São Bartolomeu de Campelo
Castelo de Paiva: Igreja de São Domingos da Serra
Espinho: Igreja Matriz de Espinho
Felgueiras: Santuário de Santa Quitéria
Gaia Norte: Santuário Diocesano do Monte da Virgem Imaculada
Gaia Sul: Santuário de Nossa Senhora da Saúde
Gondomar: Igreja Matriz de Gondomar (São Cosme e São Damião)
Lousada: Capela do Senhor dos Aflitos
Maia: Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho
Marco de Canaveses: Santuário do Menino Jesus de Praga
Matosinhos: Igreja do Bom Jesus de Matosinhos
Ovar: Igreja Matriz de São Cristóvão
Paços de Ferreira: Igreja Paroquial de Santa Eulália
Paredes: Igreja Paroquial do Divino Salvador de Castelões de Cepeda
Penafiel: Santuário da Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos - Igreja do Sameiro
Porto: Igreja de Nossa Senhora da Lapa
Santa Maria da Feira: Igreja Matriz da Feira (Convento dos Loios)
Santo Tirso: Santuário de Nossa Senhora da Assunção
São João da Madeira e Oliveira de Azeméis: Santuário de Nossa Senhora de La Salette
Trofa: Capela de Nossa Senhora das Dores
Valongo: Santuário Diocesano de Santa Rita
Vila do Conde: Igreja Paroquial de Vairão

2. A Porta Santa

Conexo com a peregrinação, temos o sinal da Porta santa, aberta pela primeira vez na Basílica do Santíssimo Salvador de Latrão durante o Jubileu de 1423. Do ponto de vista simbólico, a abertura da Porta Santa, pelo Papa, constitui o início oficial do Ano Santo. Este é o mais emblemático evocativo sinal do Jubileu.

Até ao século passado, o Papa, mais ou menos simbolicamente, dava início à demolição do muro que a sela. Os pedreiros tinham o cuidado de remover os tijolos completamente. Desde 1950, o muro é demolido anteriormente e, durante uma liturgia coral solene, o Papa empurra a porta do lado de fora, passando como primeiro peregrino.

A abertura da Porta Santa evoca a passagem do pecado à graça, que cada cristão é chamado a realizar. Jesus disse: «Eu sou a porta» (Jo 10, 7), para indicar que ninguém pode ter acesso ao Pai senão por Ele. Esta designação que Jesus faz de Si mesmo, atesta que só Ele é o Salvador enviado pelo Pai. Há um único acesso que abre de par em par a entrada na vida de comunhão com Deus: este acesso é Jesus, caminho único e absoluto de salvação. Só a Ele se podem aplicar, na sua verdade plena, estas palavras do Salmista: «Esta é a porta do Senhor; por ela entram apenas os justos» (Sl 118:117, 20).

Afinal, a Porta também é uma passagem que leva para dentro de uma Igreja. Para a comunidade cristã, não é apenas o espaço do sagrado, para o qual se deve aproximar com respeito, com comportamento e vestuário adequados, mas é um sinal da comunhão que une cada crente a Cristo: é o lugar do encontro e do diálogo, da reconciliação e da paz que aguarda a visita de cada peregrino, o espaço da Igreja como uma comunidade dos fiéis.

O sinal da Porta lembra a responsabilidade de todo o crente quando este atravessa o seu limiar. Passar por aquela porta significa confessar que Jesus Cristo é o Senhor, revigorando a fé n'Ele para viver a vida nova que nos deu. É uma decisão que supõe a liberdade de escolher e ao mesmo tempo a coragem de abandonar alguma coisa, na certeza de adquirir a vida divina (cf. Mt 13, 44-46).

Dizia-nos Bento XI, na Bula de Proclamação do Ano da Fé: “A porta da fé (cf. At 14, 27), que introduz na vida de comunhão com Deus e permite a entrada na sua Igreja, está sempre aberta para nós. É possível cruzar este limiar, quando a Palavra de Deus é anunciada e o coração se deixa plasmar pela graça que transforma. Atravessar esta porta implica embrenhar-se num caminho que dura a vida inteira” (Porta fidei, n.º 1). E diz-nos o Papa Francisco: “Agora chegou o momento de um novo Jubileu, em que se abre novamente de par em par a Porta Santa para oferecer a experiência viva do amor de Deus” (Spes non confundit, 6). O gesto expressa a decisão de seguir e deixar-se guiar por Jesus, que é o Bom Pastor. Afinal a Porta também uma passagem que leva ao interior de uma Igreja.

Data de abertura e encerramento:

Dezembro 2024

24 - Abertura da Porta Santa da Basílica de São Pedro | Roma

29 - Abertura da Porta Santa da Basílica de São João de Latrão | Roma

29 - Abertura Solene do Ano Jubilar nas Igrejas Locais (Dioceses)

Janeiro 2025

1- Abertura da Porta Santa da Basílica de Santa Maria Maior | Roma

5 - Abertura da Porta Santa da Basílica de São Paulo Fora dos Muros | Roma

Dezembro 2025

28 - Encerramento do Ano Santo, nas Igrejas particulares (Dioceses)

Janeiro 2026

6 - Encerramento da Porta Santa da Basílica Papal de São Pedro

3. A Reconciliação

O Jubileu é um sinal de reconciliação, pois abre um “tempo favorável” (cf. 2 Cor 6:2) para a própria conversão. Coloca-se Deus no centro de sua existência, movendo-se em direção a Ele e reconhecendo a Sua primazia.

A referência bíblica à restauração da justiça social e do respeito pela Terra brota de uma exigência teológica: se Deus é o Criador do universo, Ele deve ter prioridade sobre todas as realidades e sobre todos os interesses particulares. É Ele quem torna santo este Ano, dando a sua própria Santidade.

“A Reconciliação sacramental não é apenas uma estupenda oportunidade espiritual, mas representa um passo decisivo, essencial e indispensável no caminho de fé de cada um. Ali permitimos ao Senhor que destrua os nossos pecados, sare o nosso coração, nos levante e abrace, nos faça conhecer o seu rosto terno e compassivo. Na verdade, não há modo melhor de conhecer a Deus do que deixar-se reconciliar por Ele (cf. 2 Cor 5, 20), saboreando o seu perdão. Por isso, não renunciemos à Confissão, mas descubramos a beleza do Sacramento da cura e da alegria, a beleza do perdão dos pecados” (Spes non confundit, n.º 23).

Concretamente, é uma questão de viver o sacramento da reconciliação, de aproveitar esse tempo para redescobrir o valor da confissão e receber pessoalmente a palavra do perdão de Deus. Existem algumas igrejas jubilares que oferecem essa possibilidade continuamente.

Por isso, diz o Papa Francisco, “as igrejas jubilares, ao longo dos percursos e em Roma, poderão ser oásis de espiritualidade onde é possível restaurar o caminho da fé e dessedentar-se nas fontes da esperança, a começar pelo sacramento da Reconciliação, ponto de partida insubstituível de um verdadeiro caminho de conversão” (Spes non confundit, n.º 5).

No último ponto deste glossário (n.º 7), desenvolvemos a ligação entre este Sacramento e o dom da Indulgência jubilar.

4. A Oração

O próprio Jubileu de 2025 é precedido de um “Ano de Oração”. Na Carta ao Prefeito do Dicastério para a Evangelização, o Papa exprimiu esse desejo:

“Neste tempo de preparação, desde já me alegra pensar que se poderá dedicar o ano anterior ao evento jubilar, o ano de 2024, a uma grande «sinfonia» de oração:

Oração, em primeiro lugar, para recuperar o desejo de estar na presença do Senhor, escutá-Lo e adorá-Lo.

Oração, depois, para agradecer a Deus tantos dons do seu amor por nós e louvar a sua obra na criação, que a todos compromete no respeito e numa ação concreta e responsável em prol da sua salvaguarda.

Oração, ainda, como voz de «um só coração e uma só alma» (cf. At 4, 32), que se traduz na solidariedade e partilha do pão quotidiano.

Oração, além disso, que permita a cada homem e mulher deste mundo dirigir-se ao único Deus, para lhe expressar tudo o que traz no segredo do coração. E oração como via mestra para a santidade, que leva a viver a contemplação inclusive no meio da ação.

Em suma, um ano intenso de oração, em que os corações se abram para receber a abundância da graça, fazendo do «Pai Nosso» - a oração que Jesus nos ensinou - o programa de vida de todos os seus discípulos” (Papa Francisco, Carta ao Arcebispo Fisichela, 11.02.2022).

Há muitas maneiras e muitas razões para orar; na base há sempre o desejo de se abrir à presença de Deus e à sua oferta de amor. A comunidade cristã sente-se chamada e sabe que só pode recorrer ao Pai porque recebeu o Espírito do Filho. E é, de facto, Jesus que confiou aos seus discípulos a oração do Pai Nosso, também comentada pelo Catecismo da Igreja Católica (cf. CCC 2759-2865). A tradição cristã oferece outros textos, como a Ave Maria, que ajudam a encontrar as palavras para se dirigir a Deus: “É através de uma transmissão viva, tradição, que, na

Igreja, o Espírito Santo ensina os filhos de Deus a orar” (CCC 2661).

Os momentos de oração feitos durante a viagem mostram que o peregrino tem os caminhos de Deus “em seu coração” (Sl 83,6).

Também para esse tipo de descanso servem as paragens e as várias etapas, muitas vezes fixadas em torno de santuários ou outros lugares particularmente ricos do ponto de vista do significado espiritual, onde se percebe que - antes e ao mesmo tempo - outros peregrinos passaram e que caminhos de santidade percorreram essas mesmas estradas. As estradas que levam a Roma, na verdade, muitas vezes coincidem com a jornada de muitos santos.

O Dicastério para a Evangelização disponibiliza algumas ferramentas úteis para entender melhor e redescobrir o valor da oração. Para além das 38 catequeses sobre a Oração que o próprio Papa Francisco proferiu de 6 de maio de 2020 a 16 de junho de 2021, está a ser publicada, em português, pelas Edições Paulinas e pela Secretaria-Geral do Episcopado, uma coleção de “Apontamentos sobre a Oração”.

Trata-se de 8 volumes destinados a recolocar no centro a relação profunda com o Senhor, através das múltiplas formas de oração contempladas na rica tradição católica. Além disso, está disponível online um subsídio pastoral, em versão digital, para ajudar as comunidades paroquiais, as famílias, os sacerdotes, os clérigos e os jovens a viver com maior consciência a necessidade da oração quotidiana.

5. A Liturgia

A Liturgia é a oração pública da Igreja: de acordo com o Concílio Vaticano II, é a “a meta para a qual se encaminha” toda a sua ação “e a fonte de onde promana toda a sua força” (Sacrosanctum Concilium, n.º 10).

No centro está a celebração eucarística, onde o Corpo e o Sangue de Cristo são recebidos: como peregrino, Ele mesmo [Jesus] caminha ao lado dos discípulos e lhes revela os segredos do Pai, para que possam dizer: “Fica connosco, pois é noite e o dia está a terminar” (Lc 24,29).

6. A Profissão de fé

A Profissão de fé, também chamada de «Símbolo», que encontramos no Credo, expressa o conteúdo central da fé e resume as principais verdades que um

crente aceita e testemunha no dia de seu Batismo e compartilha com toda a comunidade cristã para o resto de sua vida.

Existem várias profissões de fé, que mostram a riqueza da experiência do encontro com Jesus Cristo. Tradicionalmente, porém, aquelas que adquiriram um reconhecimento particular são duas: o credo batismal da Igreja de Roma e o credo niceno-constantinopolitano, originalmente elaborado em 325 pelo Concílio de Nicéia, na atual Turquia, e depois aperfeiçoado no Concílio de Constantinopla em 381.

Diz-nos São Paulo: “Se com sua boca proclamares ‘Jesus é Senhor!’ e com o teu coração acreditares que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo. Pois, com o coração se acredita para obter justiça e com a boca se faz a profissão da fé para alcançar a salvação” (Rm 10,9-10). Este texto de São Paulo sublinha como a proclamação do mistério da fé requer uma profunda conversão, não apenas nas próprias palavras, mas também e sobretudo na própria visão de Deus, de si mesmo e do mundo.

“Recitar o Credo com fé significa entrar em comunhão com Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e também com toda a Igreja que nos transmite a fé e no seio do qual acreditamos” (CIC 197).

Recordemos que, durante o próximo Jubileu, ocorrerá um aniversário muito significativo para todos os cristãos: completar-se-ão 1700 anos da celebração do primeiro grande Concílio ecuménico, o de Niceia.

O Concílio de Niceia é um marco milário na história da Igreja. O aniversário da sua realização convida os cristãos a unirem-se no louvor e agradecimento à Santíssima Trindade e, em particular, a Jesus Cristo, o Filho de Deus, «consustancial ao Pai», que nos revelou este mistério de amor (Papa Francisco, Bula *Spes non confundit*, n.º 17).

7. A indulgência

Em boa verdade, a doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do Sacramento da Penitência, Confissão ou Reconciliação (CIC 1471), onde entram conceitos de não fácil apreensão, compreensão e tradução: culpa, pecado, perdão, pena, penitência, reparação, expiação, remissão, redenção etc.

O Catecismo da Igreja Católica define a indulgência deste modo: «A indulgência é a remissão, perante Deus, da pena temporal devida aos pecados cuja culpa já foi apagada; remissão que o fiel devidamente disposto obtém em certas e determinadas condições, pela ação da Igreja, a qual, enquanto dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações de Cristo e dos santos» (CIC 1471; cf. 1471-1479).

A problemática das indulgências é, sem dúvida, uma questão dogmática, psicológica e pastoralmente difícil (K. Rhaner), para já não falarmos das tristes ressonâncias históricas, a que estão associadas, como uma espécie de céu ou de perdão ou de salvação comprados a troco de dinheiro ou de obras, feitas ou patrocinadas. Procuremos uma reflexão mais cuidada, num paciente percurso de reflexão em 5 pontos.

7.1. A culpa não morre solteira

Nós, os católicos, acreditamos que o Sacramento da Penitência (Confissão ou Reconciliação) oferece ao pecador uma nova possibilidade de se converter e reencontrar a graça da salvação, obtida pelo sacrifício de Cristo. Confessando, de coração contrito, os seus pecados, o penitente recebe verdadeiramente o perdão e pode tomar parte de novo na Eucaristia, como sinal da recuperada comunhão com o Pai e com a sua Igreja.

Neste caso, o perdão do pecado e o restabelecimento da comunhão com Deus, através do Sacramento da Reconciliação, validamente celebrado, trazem consigo a abolição da pena eterna do pecado, que é redimida pelo perdão da culpa.

Mas a culpa não morre solteira. A realização da reconciliação com Deus não exclui a permanência de algumas consequências (sequelas) pessoais e sociais do pecado, das quais é necessário ser purificado.

Subsistem, apesar do perdão divino, as penas temporais, uma vez que o pecado, como sabemos por experiência pessoal, deixa a sua marca, traz consigo consequências: não só exteriores, como consequências do mal cometido, mas também interiores. Assim, na nossa débil humanidade atraída pelo mal, permanecem «efeitos residuais do pecado».

O efeito do pecado não é simplesmente anulado ou cancelado pelo perdão concedido por Deus, após o arrependimento do culpado, nem sequer pela simples reparação do mal feito. Todo o pecado, mesmo venial, traz consigo um apego

desordenado às criaturas, o qual precisa de ser purificado, quer nesta vida quer depois da morte, no estado que se chama Purgatório. Essa pena temporal aparece muitas vezes como uma espécie de expiação do mal realizado e pode ser entendida como um processo de reequilíbrio do Universo, cuja ordem foi perturbada pelo pecado. Portanto, esta correção ou reparação é efetuada pela chamada «pena temporal».

Por isso, o cristão deve esforçar-se por aceitar, como uma graça, estas penas temporais do pecado, suportando pacientemente os sofrimentos e as provações de toda a espécie e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte: deve aplicar-se, através de obras de misericórdia e de caridade, bem como pela oração e pelas diferentes práticas da penitência, a despojar-se completamente do «homem velho» e a revestir-se do «homem novo».

Uma conversão procedente de uma caridade fervorosa pode chegar à total purificação do pecador, de modo que nenhuma pena subsista.

7.2. Não há desculpas

O perdão de Deus, na verdade, anula a condenação ou a negação do culpado, devido à sua culpa, mas não a des-culpa, isto é, não dá o feito por não feito, não retira a responsabilidade a quem a tem. O perdão de Deus não é, neste sentido, um perdão desculpabilizante, na medida em que tornasse iguais os culpados e as vítimas. O perdão divino dá-se no reconhecimento da culpa, perdoada no Sacramento da Reconciliação, e no reconhecimento da necessidade de corrigir o que pela falta se deturpou e de reparar o mal provocado aos outros.

Deus não esquece nem ignora a culpa (seria ignorar as vítimas da ação culpada e seria ignorar o culpado enquanto tal), mas acolhe totalmente o culpado. Esse acolhimento é perdão, ou seja, literalmente, é dom gratuito do próprio amor de Deus. Por isso, não há proporção entre o delito e a graça (Rm 5,15). A graça do perdão, que é perdão de graça, constitui esse excesso redentor.

7.3. A reparação impossível

Mas perguntemo-nos: poderíamos nós, e com que tipo de pena ou penitência (na caridade efetiva) anular totalmente a culpa e reparar totalmente os efeitos do nosso pecado? Por maior que seja a reparação do mal feito, uma falta que implica a culpa, não pode ser anulada, de todo, em todas as dimensões.

Se isso não é, de todo, possível, seria desesperante. Mas se isso fosse possível, só pelo nosso esforço, seria presunção da nossa parte. Mas não. Quem salva o ser humano é a indulgência de Deus, o Deus indulgente, no excesso do Seu amor e não as obras expiatórias que cada pessoa ou comunidade possa realizar. Não somos nós que nos redimimos das nossas faltas cometidas, mas é Deus quem nos redime.

Nós simplesmente acolhemos essa redenção como dom de Deus, na medida em que, frente a Ele e frente aos outros, reconhecemos a culpa. É precisamente neste âmbito que ganha relevo a indulgência, através da qual se manifesta o dom total da misericórdia de Deus, que nos redime de toda a culpa, quando ela é assumida por nós.

Só um ato de redenção, só o excesso do perdão divino e não um simples gesto humano reparador ou expiatório, só um dom gratuito e transcendente, nos poderiam reconduzir, com o nosso pecado e a nossa culpa, ao seio do Pai misericordioso.

7.4. Sem méritos da nossa parte

É aqui que entra o dom da indulgência, concedido por Cristo, através da Igreja, enquanto comunidade de santos. Esta comunhão dos santos, que une os crentes a Cristo e uns aos outros, ensina-nos quanto pode cada um servir de ajuda aos outros – vivos ou defuntos – a fim de viverem cada vez mais intimamente unidos ao Pai celeste. Deste modo, instaura-se entre os fiéis um intercâmbio maravilhoso de bens espirituais, em virtude do qual a santidade de um aproveita aos outros numa medida muito superior ao dano que o pecado de um pôde causar aos demais.

Há, na verdade, pessoas que deixam atrás de si uma espécie de saldo de amor, sofrimento suportado, pureza e verdade, que atrai e sustenta os outros. A isto se alude ao falar do «tesouro da Igreja», que são as obras boas dos santos.

Somos salvos não pelos nossos méritos. E se há méritos nos santos, de que somos todos beneficiários, a sua ação meritória só o é na medida em que é participação na santidade do Único que é Santo e que tudo santifica: o Espírito Santo.

Ora, pela comunhão solidária de bens espirituais, entre os membros do Corpo de Cristo, é possível que a pena temporal (a penitência devida aos efeitos temporais do pecado), seja reduzida ou mesmo superada com a ação boa de todo o

Corpo eclesial.

Em cada um dos seus membros age de forma plena a misericórdia do Pai, a própria redenção de Cristo, a obra do Espírito Santo.

E é essa ação redentora que, nas indulgências, nos absolve totalmente das faltas, em todas as suas dimensões. A purificação concedida pela indulgência liberta precisamente desta «pena temporal» do pecado.

Portanto, pela indulgência é concedida ao pecador arrependido, a remissão da pena temporal devida pelos seus pecados já perdoados quanto à culpa. Dito de outro modo, a indulgência permite libertar o coração do fardo do pecado, para que a reparação devida possa ser dada em total liberdade. Estes efeitos do pecado, que jamais estaríamos à altura de reparar, são redimidos pela indulgência, por graça de Cristo, que é, de facto, «a nossa “indulgência”».

Com efeito os fiéis, ao receberem o dom das indulgências, compreendem que com as suas próprias forças, não seriam capazes de reparar o mal que, pelo pecado, causaram a si mesmos e a toda a comunidade, e conseqüentemente sentem-se estimulados a realizar atos salutares de humildade.

A indulgência é, neste sentido, uma manifestação concreta da misericórdia de Deus, que transcende os limites da justiça humana e os transforma.

O Santo Padre, Papa Francisco, declara na Bula de proclamação do Jubileu que o dom da Indulgência “permite-nos descobrir como é ilimitada a misericórdia de Deus. Não é por acaso que, na antiguidade, o termo «misericórdia» era cambiável com o de «indulgência», precisamente porque pretende exprimir a plenitude do perdão de Deus que não conhece limites” (Spes non confundit, n.º 23). A Indulgência é, pois, uma graça jubilar.

Neste âmbito se enquadra a Tradição do Jubileu. Desde a sua origem judaica, que esta tradição está marcada precisamente pela consciência de que a ação de graça de Deus é excessiva em relação aos nossos esquemas justiceiros e meramente retributivos. É esse excesso que marca a dimensão festiva e peregrinante do Jubileu, no qual o povo peregrino bebe da sua fonte, que é Deus. Por isso mesmo se trata da graça, do gratuito, do que não é comprado nem merecido por nada, mas oferecido para além de tudo o que se possa esperar. A celebração do Jubileu orienta-se também no sentido do perdão das faltas. O perdão é-nos dado. As indulgências são a manifestação ritual e concreta desse dom, em que

se atualiza a ação redentora do próprio Deus.

7.5. Disposições para acolher o dom da indulgência

A indulgência não pode ser vista “magicamente”, como um simples processo de transferência dos méritos do tesouro da Igreja, para os seus membros mais frágeis. Neste intercâmbio de bens espirituais há sempre uma permuta, uma sinergia entre quem dá e quem recebe. Na verdade, a ação de Deus que perdoa redimindo e redime perdoadando não é mágica nem automática. Há uma sinergia entre Deus e nós, uma ação em que tudo é feito simultaneamente por Deus e simultaneamente por nós. Para acolher o dom da indulgência jubilar, é-nos pedida uma participação ativa, que se traduz em várias atitudes e práticas:

1. uma peregrinação (física ou espiritual a lugares santos, igrejas jubilares, visita a doentes, visita aos presos etc)
2. um arrependimento verdadeiro,
3. a exclusão de qualquer apego ao pecado,
4. a celebração sacramental da Reconciliação,
5. a oração pelas intenções do Santo Padre,
6. a Profissão de fé (recitação do Credo),
7. A prática de obras de penitência, de obras de misericórdia, a que o Papa Francisco também chama “obras de esperança”.
8. A participação plena na Eucaristia, com Sagrada Comunhão.

Nestas condições, todos os fiéis poderão obter do tesouro da Igreja a pleníssima Indulgência, remissão e perdão dos seus pecados, que se podem aplicar às almas do Purgatório, sob a forma de sufrágio, nas sagradas peregrinações, nas piedosas visitas aos lugares sagrados, nas obras de penitência e de misericórdia.

Além disso, os fiéis poderão obter a Indulgência jubilar se, com ânimo devoto, participarem em Missões populares, em exercícios espirituais ou em encontros de formação sobre os textos do Concílio Vaticano II e do Catecismo da Igreja Católica, que se realizem numa Igreja ou noutro lugar adequado, segundo a intenção do Santo Padre.

Aqueles que, por doença ou não, não podem se tornar peregrinos, no entanto, são convidados a participar do movimento espiritual que acompanha este ano, oferecendo seu sofrimento e seu quotidiano e participando da celebração eucarística.



FONTES

BENTO XVI, Porta Fidei, Carta apostólica, com a qual se proclama o ano da fé, 11.11.2011

<https://www.iubilaeum2025.va/pt> : Site oficial do Jubileu de 2025

JOÃO DUQUE, O sentido da indulgência, in Revista Theologica, 2.ª série, 35, 1 (2000)

PAPA FRANCISCO, Bula de Proclamação do Jubileu Spes non confundit - A esperança não engana, em 9.05.2024

PAPA FRANCISCO, Carta ao Arcebispo Rino Fisichella, Presidente do Dicastério para a Evangelização, pelo Jubileu de 2025, em 11.02.2022.

PAPA FRANCISCO, Misericordiae Vultus, Bula de proclamação do Jubileu extraordinário da Misericórdia

PENITENCIARIA APOSTÓLICA, Documento sobre a concessão da Indulgência durante o Jubileu Ordinário do Ano 2025 proclamado por Sua Santidade o Papa Francisco, em 13.05.2024.

SÃO JOÃO PAULO II, Incarnationis mysterium, Bula de Proclamação do Grande Jubileu do ano 2000, 29.11.1998



Porto

Com todos e para o bem de todos

PEREGRINOS DE ESPERANÇA

Diocese do Porto 2024 | 2025